

AS ORIGENS DA DÍVIDA BILIONÁRIA DE MINAS

Economistas citam lei federal e falta de transparência nos débitos como algumas das explicações

ALESSANDRA MELLO

Muito se fala sobre a bilionária dívida de Minas Gerais com a União que o governo Romeu Zema (Novo) pretende repactuar se conseguir autorização da Assembleia Legislativa (ALMG) para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), cuja validade será de nove anos. Mas de onde vem esse débito, que o estado afirma girar hoje em torno de R\$ 156,2 bilhões, e que supera em quase 50% a previsão da receita de Minas para este ano (estimada em R\$ 109 bilhões) e representa anualmente cerca de 10% do PIB estadual, valor bem acima do investido em educação e saúde? E como ele chegou a esse número astronômico, 10 vezes maior que a dívida inicial de R\$ 14,8 bilhões em 1998?

De acordo com Rodrigo Vieira de Ávila, economista da Auditoria Cidadã da Dívida

(ACD), organização não governamental criada para apurar o valor da dívida pública do governo federal e estados, não existe transparência nesses débitos e ninguém sabe dizer ao certo sua real origem e seu verdadeiro valor. "Não existe transparência para dizer que dívida é essa que a sociedade é que tem de pagar", afirma.

Oficialmente, ela tem origem em um contrato de refinanciamento firmado com a União em 1998, com base na Lei 9.496/1997, que assumiu, na época, as dívidas contraídas pelo estado com a extinção ou privatização dos bancos estatais (MinasCaixa, Itembanc e Credreal) e com a emissão, nos anos 1990, de títulos públicos que permitiam ao estado pegar dinheiro emprestado no sistema financeiro. De acordo com o economista, o governo de Minas, ao aderir ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), pegou emprestado recursos com a União para supostamente "sanear" os bancos estatais, antes de vendê-los para a iniciativa privada. "Dizem que esses bancos tinham rombos, que foram assumidos pelo estado, mas não foi feita uma auditoria e ninguém sabe exatamente a origem desses rombos", comenta.

Em Alagoas, segundo o economista, uma auditoria apontou que as dívidas dos bancos públicos privatizados pelo estado tinham origem em empréstimos feitos por usineiros e não pagos. "Em Minas não sabemos", afirma Ávila.

No caso dos títulos, explica o economista, também seria necessária uma auditoria para verificar o efeito da política monetária do Plano Real, lançado em 1994, nas taxas que

incidiu sobre eles, por muitas vezes altíssimas e acima de 50%.

Além dessa origem desconhecida, não há também informações claras sobre por que a dívida saltou de R\$ 14,8 bilhões para R\$ 156,2 bilhões, valores divulgados na semana passada pelo governo de Minas: um acréscimo de quase 1.000%.

Dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que mantém em sua página na internet uma tabela com a evolução da dívida dos estados até 2022, mostram que, em apenas cinco anos, o débito de Minas Gerais dobrou, passando para R\$ 30,3 bilhões. Em dois anos seguintes (2008 e 2009), ela ficou congelada em R\$ 48,8 bilhões, saltando no ano seguinte para R\$ 54,8 bilhões.

Essa mesma tabela também aponta os pagamentos feitos por Minas Gerais e revela que, entre 1998 e 2021, o estado pagou R\$ 45,8 bilhões da dívida inicial e, mesmo assim, ela seguiu elevada e calculada em R\$ 103,8 bilhões. No ano seguinte, em 2022, ela foi reduzida para R\$ 89,1 bilhões. Dessa data em diante, não há atualização até o recente valor de R\$ 156,2 bilhões anunciado pelo governo.

De acordo com o economista, o motivo

da queda para R\$ 89,1 bilhões é desconhecido. "Também não sabemos como o estado chegou aos números divulgados recentemente", afirma. Mas o aumento elevado do estoque pode ser creditado à política de juros sobre juros adotada pela União na cobrança das dívidas. Em 2014, a taxa de correção usada foi alterada, por meio de uma lei, para um índice menos oneroso.

A reportagem procurou as Secretarias de Estado da Fazenda, de Governo e da Comunicação, mas o pedido de entrevista sobre a dívida de Minas não foi atendido. O pagamento das parcelas dessa dívida atual divulgada pelo governo estadual está suspenso desde o fim de 2018, por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

LEIA MAIS SOBRE RECUPERAÇÃO FISCAL NA PÁGINA 4

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MINAS COM A UNIÃO

Valores referentes à Lei 9.496/97 que refinanciou dívidas dos estados em 1998 e que vai ser alvo do Regime de Recuperação Fiscal



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Página: 3